

Pelos caminhos dos sertões: comércio de africanos escravizados para os sertões das Capitanias do Norte (Paraíba e Rio Grande, na primeira metade do Século XVIII)

Blazing the trails of sertões: African slave trade to the hinterlands of Northern Captaincies in Brazil (Paraíba and Rio Grande), in the first half of the 18th century

Matheus Silveira Guimarães

 <https://orcid.org/0000-0001-5756-1958>

Prefeitura Municipal de João Pessoa

Resumo: Durante muito tempo, não houve estudos sistematizados sobre a escravidão nos sertões das Capitanias do Norte, aceitando-se a ideia de que ou não haveria escravizados ou a sua quantidade era insignificante para uma análise detalhada. Nas últimas décadas, porém, novas pesquisas têm demonstrado além da existência da escravidão no sertão, a presença de africanos como escravizados, isso porque, com o avanço da colonização portuguesa para o interior, o sistema escravista e o comércio de africanos se expandiram para a zona pecuária, constituindo parte importante da força de trabalho utilizada. Ora, se havia população africana no interior, como essas pessoas chegavam? Quais eram as redes de negócios de escravizados existentes entre o litoral e o sertão? Este trabalho tem como objetivo demonstrar como se dava a venda de africanos para o sertão das capitanias da Paraíba e Rio Grande, na primeira metade do século XVIII. Dessa forma, é possível identificar as articulações atlânticas construídas que permitiram a reorganização da escravidão e exemplificar a complexidade e capilaridade do tráfico atlântico de escravos.

Palavras-chave: Sertões. Capitanias do Norte. Comércio de escravizados. Século XVIII.

Abstract: For a long time, there has been a lack of comprehensive studies on slavery in the sertões, or hinterlands, of the Brazilian Northern Captaincies, due to the prevailing belief that the number of enslaved individuals in the region was too insignificant to allow for a detailed analysis. However, recent research has revealed a significant presence of enslaved Africans in the area, resulting from the expansion of Portuguese colonization into the country's backlands and the subsequent growth of the slave system and slave trade in the cattle region. With these people now representing a relevant portion of the local workforce, new questions arise on how they reached the sertões, and which trade networks existed between that area and the coast. Thus, this work aims to shed light on how the slave trade of Africans to the sertões of the Northern Captaincies unfolded in the first half of the 18th century, highlighting the complex and extensive nature of the Atlantic slave trade in Brazil.

Keywords: Sertões. Northern Captaincies. Slave trade. 18th century.

Introdução

Uma importante festa popular ocorre na cidade de Pombal, na Paraíba, no mês de outubro: a da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, com seus Reis e Rainhas do Congo. Como o próprio nome sugere, faz referência direta à relação com a África e, por consequência, ao nosso passado escravista. Essa importante expressão cultural foi estudada em diversos



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

momentos, a exemplo de Roberto Benjamin e registrada pela Missão de Pesquisas Folclóricas organizada por Mário de Andrade¹. Este último, em seus vários estudos sobre a cultura brasileira, definia os Congos como “uma dança dramática de origem africana, relembrando costumes e fatos da vida tribal” (ANDRADE, 1982, p. 17). Em outra oportunidade, ao visitar Paraíba e Rio Grande do Norte², dizia: “Nos congos tudo é africano. Acho porém perigoso afiançar que esses dois reisados [Congos e Caboclinhos] sejam de origem imediatamente africana e ameríndia” (ANDRADE, 2015, p.342). Ou seja, apesar das referências à África, essa expressão cultural havia se formado no Brasil. Mesmo com essas ponderações, não há dúvida da influência negra na construção das festas dos Reis e das Rainhas do Congo.

Roberto Benjamin, por sua vez, ao analisar o caso específico dos Congos de Pombal, registrou referências ao passado escravista nos cantos, como “meus pretinho do Congo/ donde vem nessa hora/ d’embarc’aruanda e/ vamos pr’angola” e, também, “aquela dança qui dancemo quando/ viemo de barca prá caluanda” (BENJAMIN, 1977, p. 10-13; BENJAMIN, s/d). Há, assim, uma memória sobre a escravidão africana, que se expressa ainda hoje³. De acordo com o referido autor, essas festas começaram a ocorrer, após a fundação da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, que é reflexo da expansão da pecuária e do algodão para o sertão.

Durante muito tempo, a historiografia minimizou a importância da população negra no sertão⁴. Um dos primeiros a atentar para essa presença foi Clóvis Moura que, além de identificar diversas informações nas fontes, destacou aspectos culturais contemporâneos como indícios da presença da população negra no sertão (MOURA, 2014). Diante disso, se há evidências na cultura popular de referências ao Congo na cidade de Pombal, na Paraíba, cabe-nos as perguntas: houve escravidão africana no sertão da Paraíba? Como ocorreu? O sertão da Paraíba estava integrado ao Rio Grande. Sendo assim, houve escravidão no sertão do Rio Grande?

Um ponto ainda pouco abordado pela historiografia diz respeito ao processo de ampliação do comércio de escravizados que acompanhou a interiorização da presença portuguesa. Se a pecuária foi marcante para a ocupação dos sertões, não podemos esquecer que houve a presença africana como mão de obra escravizada e isso gerou um mercado. Como ocorriam essas vendas? Quem eram os comerciantes que promoviam estas transações? Quem eram os escravizados africanos vendidos para os sertões? Vale destacar que essas pessoas, além de toda a experiência de escravização desde o continente africano, passando pelo navio negreiro, eram vendidas e submetidas a uma nova viagem, desta vez, para o interior do Brasil.

Este trabalho tem como objetivo demonstrar que havia uma rede de negócios de

¹ Rico material visual registrado pela Missão está disponível em: https://acervoccp.art.br/missao-de-pesquisas-folcloricas-de-mario-de-andrade/reid-de-congo/?order=ASC&orderby=date&perpage=48&taxquery%5B0%5D%5Btaxonomy%5D=tnc_tax_125861&taxquery%5B0%5D%5Bterms%5D%5B0%5D=5594&taxquery%5B0%5D%5Bcompare%5D=IN&pós=0&source_list=collection&ref=%2Fmissao-de-pesquisas-folcloricas-de-mario-de-andrade%2F

² Somente a partir de meados do século XVIII, a denominação “Rio Grande do Norte” tornou-se mais comum. Dessa forma, como nosso trabalho está voltado para a primeira metade do Setecentos, sempre que nos referirmos ao período do início do século XVIII, utilizaremos a denominação “Rio Grande”.

³ Vale ressaltar que essas referências ao passado escravista e a influência da África são presentes ainda hoje. <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/missao-mario-de-andrade-uma-viagem-pela-cultura-popular-inspirada-nas-pesquisas-do-escritor-16495442>; como também pode ser visto na pesquisa de Suelen de Andrade Silva (2017).

⁴ No período colonial, é comum na documentação aparecer o termo “sertões”, no plural, bem como “sertão”, no singular. Utilizaremos as duas expressões, sendo a primeira mais comum. Vale ressaltar também que, como discutiremos adiante, o termo é amplo e de difícil definição. Quando nos referirmos ao sertão aqui, estaremos tratando da região interior das Capitânicas do Norte, com maior parte da produção voltada para a pecuária, no que Caio Prado Júnior denominou como “Sertões do Norte” (PRADO JÚNIOR, 2000)

escravizados africanos para o sertão das Capitanias do Norte já na primeira metade do século XVIII, inseridos numa dinâmica atlântica. Nosso recorte, mais especificamente, envolve as ribeiras dos rios Piranhas e Piancó na Paraíba e dos rios Apodi e Assu, no Rio Grande, respectivamente. Utilizaremos como fontes principais, os documentos cartoriais como as procurações, os inventários e testamentos disponíveis no Cartório Coronel João Queiroga, no Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega e do 1º Cartório de Caicó, disponível no Laboratório de Documentação Histórica (Labordoc-UFRN)⁵. Nos dois primeiros tópicos, discutiremos a relação estabelecida entre os chamados “sertões do norte” e o Atlântico, dando destaque às conexões estabelecidas do ponto de vista comercial. Em seguida, demonstraremos quais as informações gerais que temos sobre a escravidão africana no sertão dessas capitanias. Por fim, apresentaremos indícios das redes de comércio de africanos escravizados estabelecidas.

Sertões atlânticos

São amplos os debates e as diversas contribuições sobre o que era o sertão no período colonial. Como aponta a historiografia e a documentação, o sertão (ou, como já citamos, muitas vezes, os sertões) é apresentado como uma contraposição ao litoral. No início do século XVIII, este era visto como o local onde a colonização estava mais consolidada, onde os conflitos com os povos originários já haviam reduzido e, por consequência, já havia se estabelecido uma relação estável. Os sertões, por sua vez, apresentavam-se como territórios ainda a serem conquistados, habitados por indígenas ainda não aldeados. Eram vistos, portanto, como possibilidades de expansão colonial e de captura de mão de obra que, como veremos, se consolidou no decorrer do Setecentos.

Ainda que a percepção do que era o sertão tenha mudado com o tempo, no período colonial, era forte a ideia de uma área indefinida.

Para os habitantes da colônia, o sertão era menos definido. Um aspecto determinante dos sertões era a ausência de limites. Por muito que se entrasse no sertão, este mais ainda se prolongava, assumindo a vaga designação de interior do sertão. O sertão não era contínuo nem podia ser domado, tampouco tinha um princípio ou um fim exato. Não era uma fronteira no sentido político ou geográfico, mas, antes, um estado de espírito (RUSSEL-WOOD, 2014, p. 279-280)

Esta concepção alterou-se, por parte da administração portuguesa, no decorrer do século XVIII. As mudanças econômicas vivenciadas pelo império português, em especial, na América, levaram a um processo de expansão para o sertão. A presença colonial aumentou, com novas jurisdições, distribuição de terras e patentes militares. No caso das Capitanias do Norte, recorte desta pesquisa, a produção pecuária logo transformou-se em sua principal atividade econômica e permitiu uma nova dinâmica social. Além do mais, as trocas comerciais passaram a ser constantes entre o sertão e o litoral durante o Setecentos, interligando essas duas áreas. Diante disso, como nos lembra Kalina Vanderlei Silva

Notamos aqui a transformação da imagem do sertão, no século XVIII: de região inóspita, o sertão passa a ser estrada, caminho nada similar às agrestias encontradas nos discursos do século XVI e XVII. Essas novas interpretações surgem com as próprias transformações na região a partir da

⁵ Disponível em <https://acervus.ufrn.br/acervus-publico/laboratorio-documentacao-historica/acervo>

conquista empreendida com o fim da guerra dos bárbaros. [...] O século XVIII, longe de definir o sertão como espaço estrangeiro, reconhece-o como área ocupada e habitada por grupos sociais de diferentes procedências, e como área produtiva e próspera (SILVA., 2003, p. 209-210)

A integração econômica dos “sertões do norte” e a conseqüente mudança sobre a imagem que se tinha destes nos levam a perceber que tais conexões não se restringiam apenas ao litoral mas também a todo o Atlântico. O referido sertão passou a integrar, no século XVIII, um espaço mais amplo que envolvia, ainda que indiretamente, as rotas atlânticas e isso fica demonstrado com a presença africana.

Desde a segunda metade do século XX, tem-se ampliado o debate sobre o que convencionou-se chamar de *Mundo Atlântico* ou uma *História Atlântica*. O que isso significa? Em primeiro lugar, que as noções territoriais que temos desde o século XX eram diferentes a dos séculos anteriores. A partir do século XVI, iniciou-se um processo de interação entre a América, Europa e África, tornando o Atlântico palco de intensas trocas comerciais, culturais, de circulação de mercadorias, hábitos alimentares, doenças, pessoas.

Em segundo lugar, essa percepção permite compreender que, apesar das diferenças, havia certa integração nesse espaço. E, nesse sentido, aquilo que acontecia no sertão das Capitâneas do Norte estava associado – ainda que, às vezes, indiretamente – a outros lugares do mundo, como a África. Dessa maneira, pensar a experiência atlântica não se limita a pensar o litoral, mas todos os circuitos de circulação que envolvia relações atlânticas (ARMITAGE, 2014; BAYLIN, 1996; CANNY, 2001; GUIMARÃES, 2022; RUSSEL-WOOD, 2009)

Exatamente por isso, é fundamental pensar o debate sobre a presença africana no sertão. Além de ela demonstrar a importância dessa população para a história da região, que têm impactos até os dias de hoje, como apontamos no início do artigo, também reforça essa articulação atlântica. Ora, se havia um comércio com o sertão, este envolvia a mão de obra africana escravizada, que não se restringia ao litoral açucareiro.

O longo debate sobre a presença de escravizados no sertão nos remete à virada do século XIX para o século XX. Clássicos da nossa historiografia já apontaram para a discussão. Capistrano de Abreu, Caio Prado Júnior, Celso Furtado e outros pontuaram - rapidamente - a existência de trabalhadores escravizados, porém, não aprofundaram suas reflexões, de que essa presença não era significativa, sendo mais comum o uso de mão de obra livre na pecuária (FURTADO, 2000; PRADO JÚNIOR, 2000). Capistrano de Abreu, por exemplo, destaca que eram muito mais um “elemento de magnificência e fausto, apresentaram-se gradualmente como sinais de abastança”, do que importância econômica (ABREU, 2000, p.128;153). Portanto, ter um escravo africano demonstrava mais um luxo ou distinção social do que uma necessidade de mão de obra.

A partir da década de 1970, contudo, os estudos sobre a mão de obra escravizada na pecuária ampliaram-se. Um dos marcos na historiografia foi a obra de Luiz Mott sobre o Piauí no período colonial. Ao apresentar seus resultados de pesquisa, o autor demonstrou que quase a metade da população, no período estudado, era de escravizados (MOTT, 1985).

No caso da Paraíba, a pesquisa clássica de Diana Soares de Galliza apontava que a documentação com dados demográficos demonstra uma grande importância da população escravizada no sertão, durante o século XIX (GALLIZA, 1979). Em estudo específico sobre Pombal, Wilson Seixas - ainda que não fosse seu objetivo - cita indícios sobre a presença da população escravizada nos documentos apresentados (SEIXAS, 1961; 1975). Entretanto, é somente no início do século XXI, que temos estudos com mais detalhes sobre a experiência da escravidão no sertão da Paraíba. As pesquisas desenvolvidas por Ana Paula Moraes,

Solange Mouzinho Alves, Eduardo Cavalcante e Wlisses Abreu confirmam, para vilas diferentes do sertão, a presença de pessoas escravizadas africanas (MORAES, 2009, 2015; ALVES, 2015; ABREU, 2011, CAVALCANTE, 2015).

Para o Rio Grande, há os estudos de Muirakytan Macêdo sobre o Seridó no século XVIII, em que o autor demonstrou a presença da população africana nos inventários (MACEDO, 2017; 2021). Helder Macedo também tem sistematizado como, na documentação, especificamente, os inventários, é possível identificar um conjunto significativo de escravizados (MACEDO, 2016). Para a experiência no decorrer do século XIX, Michele Lopes dedica seus estudos tanto para área do Seridó, como para a Vila do Príncipe, marcada pela pecuária e com presença de escravizados, incluindo, africanos (LOPES, 2011, 2013).

Portanto, novas pesquisas têm apresentado a presença não só da população escravizada negra no sertão de forma geral, mas, especificamente, a população africana. Como veremos mais adiante, a documentação nos permite afirmar que, ainda que houvesse diferença entre a experiência do litoral e a do sertão, havia uma presença importante de africanos no interior, demonstrando a conexão estabelecida, de maneira indireta, com o Atlântico.

Todas essas rotas e caminhos foram vivenciados por pessoas e responsáveis por uma articulação ampla, formando um espaço compartilhado. Assim, por mais que o sertão pudesse ser visto como um local distante para quem morava em cidades e vilas litorâneas, ele estava inserido em um contexto mais amplo que envolvia trocas comerciais e culturais, enfim, estava em movimento. Compreender esse contexto e espaço e, por consequência, essa articulação atlântica - que é demonstrada aqui com a presença africana no sertão - é o objetivo das próximas páginas.

Colonização e caminhos dos sertões

Até meados do século XVII, a ocupação portuguesa na América estava restrita, basicamente, ao litoral. Tornou-se famosa a citação do Frei Vicente de Salvador que, nas primeiras décadas do Seiscentos, ao escrever sobre o Brasil, dizia:

Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse, por negligência dos portugueses que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos (SALVADOR, 2010, p. 70)

Houve da parte dos colonizadores portugueses, porém, algumas iniciativas - ou, ao menos, preocupação - nesse sentido, mas não de forma sistemática e efetiva (ABREU, 2000). Essa situação alterou-se significativamente na segunda metade do século XVII, quando uma nova conjuntura do império português e da colonização levou a um incentivo maior à interiorização, servindo como “solução” para problemas postos até então (ABREU, 2000; GOULART, 1966).

A conjuntura econômica da segunda metade do século XVII era de dificuldades para o império português. Em primeiro lugar, os negócios com o Oriente declinavam, enquanto os comerciantes lusos também perdiam o monopólio do comércio de escravizados na costa da África. Em segundo lugar, os conflitos bélicos registrados no continente europeu também impactaram nas relações internacionais, levando Portugal a um plano de desvantagem (NOVAIS, 1989; SCHWARTZ, 2008). Além disso, após décadas de ocupação holandesa, as Capitânicas do Norte do Brasil - fundamentais para a produção açucareira - encontravam-se

em crise, com canaviais destruídos, sem condições de comprar escravizados africanos, falta de capital e com disputas pela posse dos engenhos (GUIMARÃES, 2022; MELLO, 2001).

A essa crise econômica também estavam associados problemas de ordem social. Além de um processo de fragmentação das propriedades de produção do açúcar, havia uma grande quantidade de trabalhadores pobres e livres considerados “vadios”, ou seja, não utilizados como força de trabalho e que estavam “ociosos” para os interesses da colonização (MELO, 2013; PALACIOS, 2004). Para Kalina Vanderlei Silva, uma forma de ocupar essas pessoas e, por consequência, enfrentar essa crise, foi mobilizar essa força de trabalho para o sertão, incluindo, nas tropas que entraram em conflitos com os povos indígenas (SILVA, 2003).

No caso da Paraíba, diante das dificuldades em conseguir mão de obra escravizada da África, eram constantes os pedidos para utilizar os indígenas nesse sentido. Em 1675, os senhores de engenho solicitaram a possibilidade de uso dos indígenas aldeados para as atividades nos engenhos (AHU _CU_014, Cx. 1, D. 95). As reclamações e solicitações à Coroa para que facilitasse o acesso à mão de obra africana também eram frequentes.

Após décadas de conflitos no litoral, o interior se transformou, no século XVII, em palco de guerras entre colonizadores e indígenas. Seja com o objetivo de conseguir mais mão de obra, seja para conseguir terra, os ataques contra os indígenas se intensificaram em conflitos que ficaram conhecidos como “Guerra dos Bárbaros”, que se estenderam até a década de 1730. Pedro Puntoni (2002, p.124) descreve que tais guerras ocorreram, principalmente, na Bahia e em Assu, no Rio Grande, sendo este último “palco das mais sangrentas batalhas e atrocidades cometidas ao longo das guerras dos bárbaros”.

Como o elemento central nessa disputa estava também o domínio da terra, a Coroa portuguesa logo distribuía sesmarias, juntamente com patentes militares, com o intuito de estabelecer o controle sobre a nova área e inseri-la no domínio colonial. No mapa a seguir, é possível perceber essa ocupação nas ribeiras do Piancó-Piranhas, bem como suas proximidades e conexões com ribeiras vizinhas, a exemplo do Assu e Apodi (no Rio Grande) e Jaguaribe e Salgado (no Ceará). Essa proximidade se consolida com a Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, que abarcava tanto o sertão da Paraíba, como do Rio Grande. Os registros dessa Freguesia, citam moradores de todas essas ribeiras⁶.

⁶ A referida freguesia só foi dividida em 1748, com a criação da Freguesia da Gloriosa Senhora de Santa Ana no Seridó. Sobre tais freguesias, ver Formiga (2013) e Macedo (2013). Nos documentos cartoriais, é possível identificar moradores do Rio Grande e Ceará, demonstrando as proximidades existentes. De acordo com Ana Paula Moraes (2015, p.21), a partir desta freguesia “originaram-se as freguesias que se tornaram as cidades de Caicó no Rio Grande do Norte e, na Paraíba: Patos, Sousa, Piancó e Catolé do Rocha”. A mesma autora faz uma descrição detalhadas do território que cobria toda a freguesia citada e sua fragmentação posterior.

Mapa 1 - Ribeiras do Sertão do Piranhas - Pombal - Paraíba



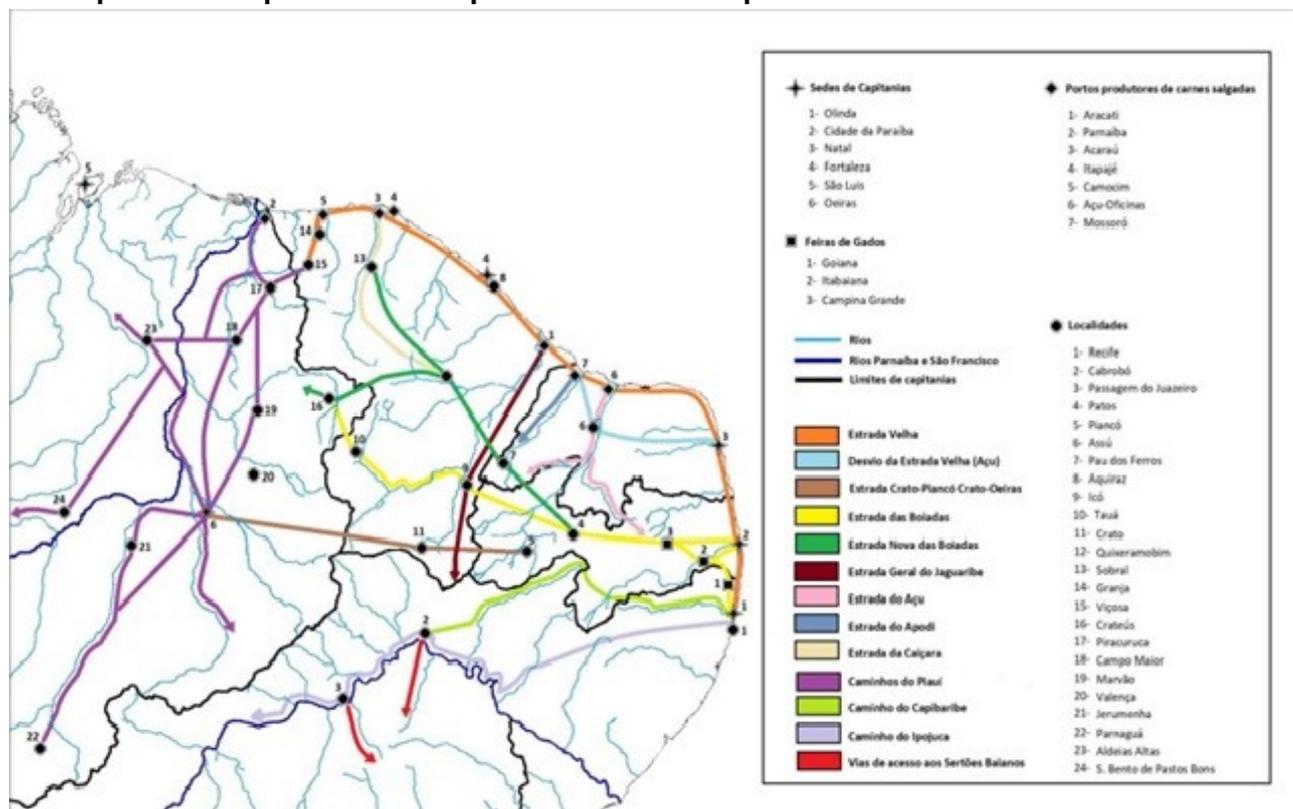
Fonte: MORAES, 2015, p.21

As guerras contra os indígenas no interior das Capitanias do Norte serviram não apenas para obtenção de mão de obra e terra, mas como “escape” para essa quantidade grande de vadios nas vilas e cidades litorâneas, como já destacamos, e um mecanismo de ascensão social de grupos que, por meio das ações militares, conseguiam patentes e reconhecimento de poder por parte da Coroa, além de sesmarias. Havia, portanto, uma relação intrínseca entre obtenção da mão de obra indígena, controle sobre as terras e distribuição de patentes militares.

Como já fizemos referência nos parágrafos anteriores, os senhores de engenho da Paraíba reclamavam desde o final do século XVII sobre as dificuldades em ter escravizados e a possibilidade de utilizar a mão de obra indígena. A partir da década de 1670, há informações do avanço de alguns grupos de sertanistas/paulistas pelo interior da Paraíba, vindos da Bahia e em direção ao Piauí, como Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Sertão (MACHADO, 1977, p.334-336). A família de maior destaque nesse avanço colonizador para o sertão da Paraíba foi, sem dúvida, a dos Oliveira Ledo, que se transformaram numa das mais poderosas e com maior posse de terras na região. Membros dessa família, como veremos adiante, eram proprietários de africanos e possuíam vinculações com traficantes de escravizados (FORMIGA, 2013).

A criação de vilas no interior da Paraíba só se iniciou na segunda metade do século XVIII. Porém, nas primeiras décadas do referido século, já é possível identificar um conjunto de estradas que eram responsáveis pela circulação de pessoas e mercadorias, sobretudo, de gado, a serem vendidos nas feiras litorâneas.

Mapa 2 - Principais estradas que cruzavam as Capitânicas do Norte - Século XVIII



Fonte: NOGUEIRA, 2021, p.273

O mapa elaborado por Gabriel Parente Nogueira é rico por nos permitir identificar a capilaridade dessas estradas e demonstrar que o sertão, longe de ser um espaço isolado, estava bastante articulado por esses caminhos de terra e pelos rios. Em primeiro lugar, o mapa aponta duas localidades (Piancó e Patos), que estavam nas proximidades da bacia do Piancó-Piranhas e se conectavam também com os rios do Rio Grande (Apodi/Mossoró). As estradas que cruzavam essa área eram as “Estrada das Boiadas”, “Estrada Nova das Boiadas” e a “Estrada Crato-Piancó”. Esta última interligava a produção pecuária do Piancó com os caminhos do Piauí e, possivelmente, também com Minas, no sudeste do Brasil.

As duas primeiras estradas, por sua vez, articulavam o interior do Ceará com a Paraíba e o litoral. De acordo com Studart Filho, a Estrada das Boiadas já aparece em registros de sesmarias de 1731 e foi fundamental para “drenar para os mercados consumidores do Rio Grande, Paraíba e Pernambuco os gados daquelas terras” (STUDART FILHO, 1937, p. 31). Entre Campina Grande e São João do Rio do Peixe, a estrada também era conhecida como “Estrada de Espinharas”. Já a Estrada Nova das Boiadas, além disso, também contribuiu para o povoamento do interior, com pessoas vindas de Pernambuco (JOFFILY, 1977, p.226-227). Como demonstra o mapa, há a Estrada do Açu que, seguindo as margens dos rios, juntava-se à Estrada das Boiadas, na Paraíba, e ao litoral.

Tais caminhos levavam ao litoral com o objetivo principal da venda dos gados. Além da Capital da Paraíba, elas dirigiam-se a Goiana e Recife, principais locais de consumo de gados das Capitânicas do Norte. Esse é um aspecto importante a se destacar, pois veremos a seguir a influência de comerciantes das duas vilas no interior da Paraíba o que,

provavelmente, também interferiu na forma como africanos escravizados foram vendidos. Do litoral, partiam “numerosos comboios de cereais e mercadorias estrangeiras” (JOFFILY, 1977, p. 225) e, acrescentamos, também escravos.

As viagens eram longas e, na medida do possível, margeavam os rios. De acordo com descrição feita em meados do século, a viagem para o sertão do Piancó era mais de cem léguas, marcada por muitas dificuldades tais como sol forte e poucos mantimentos e água, levando à morte cavalos e gados (AHU_CU_014, Cx. 15, D. 1277)⁷. Diante disso, era comum que se estabelecessem determinados sítios, onde forneciam apoio aos comboios e boiadas, como pousada e comida (SOUZA, 2018, p.46). Esse pode ter sido o caso do sítio de passagem de Dona Antonia Amparo Sarmiento (CCJQ, LN (1730), 11/07/1736)⁸.

Além das referidas dificuldades, havia constantes reclamações acerca de roubos e de quilombos nos caminhos para os sertões, ainda nas primeiras décadas do século XVIII (AHU_CU_014, Cx. 4, D. 310). Essa questão parece ter continuado décadas depois, quando foram denunciados “contínuos e numeráveis os furtos de escravos, gados e cavalgadores” (AIHGP, LO, 20/02/1748)⁹. Os quilombos, por sua vez, eram problemas antigos para as autoridades régias. Além de serem uma ameaça por representarem possibilidade de fuga para os escravizados, era comum que promovessem assaltos aos viajantes. Na Paraíba, é famoso o caso do mocambo do Cumbe, que foi destruído no início do século XVIII, mas há registros de vários outros na documentação (PINTO, 1977). Diante disso, alguns comerciantes reclamavam porque nas estradas “costumam estar negros fugidos que não somente roubam mas ainda matam passageiros que não levam armas” (AHU_CU_015, Cx. 43, D. 3927)¹⁰. Essas viagens, assim, eram feitas com pessoas armadas.

Na documentação, não conseguimos identificar como era, exatamente, a viagem feita carregando escravizados para o sertão. A partir de algumas referências de boiadas e comboios que faziam esses negócios para Minas (Gerais), é possível identificar que eles eram transportados em pequenas quantidades (GUIMARÃES, 2022). De acordo com Studart Filho, por esses caminhos eram levados “tecidos, objetos de ouro e prata, artigos manufaturados e um ou outro negro” (STUDART FILHO, 1937, p. 36). Tais pessoas negras poderiam ser para ajudar no trânsito, mas também algumas poderiam ser vendidas como escravizadas. Até o presente momento, já apresentamos o processo de ampliação da colonização para as terras do sertão da Paraíba que culminaram também na abertura de caminhos e povoamentos que se utilizaram do trabalho escravizado africano. Quem eram esses africanos?

Africanos nos sertões da Paraíba (Pombal) e Rio Grande (Seridó)

A documentação que temos disponível para as ribeiras mencionadas não nos dá condições para traçar um quadro geral da população africana. Entretanto, as poucas informações que temos pode nos permitir levantar perguntas importantes sobre como ocorria o comércio de escravizados nessa região. As fontes utilizadas para isso foram cartoriais, especificamente, inventários. Nelas, podemos identificar a idade, o preço e de que regiões da África vieram. Além dos inventários, utilizamos o testamento de Antônio de Oliveira Ledo, transcrito por Wilson Seixas (1961, p.55-60).

Os inventários pesquisados foram os seguintes

⁷ AHU_CU_014 – Arquivo História Ultramarino - Paraíba

⁸ CCJQ, LN - Cartório Coronel João Queiroga – Livro de Notas

⁹ AIHGP, LO - Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano - Livro Novo da Ouvidoria da Paraíba

¹⁰ AHU_CU_015 - Arquivo História Ultramarino - Pernambuco

Quadro 1 - Lista de Inventários pesquisados (1737-1757)

| Local | Inventário/Testamento | Ano |
|----------------------------|--------------------------|------|
| Seridó/Rio Grande do Norte | Crispim de Andrade | 1737 |
| | Diogo Pereira da Silva | 1754 |
| | Inez Maria da Conceição | 1755 |
| | Pedro de Andrade Bezerra | 1757 |
| | Eugenia dos Milagres | 1734 |
| Pombal/Paraíba | Manoel Ferreira Velho | 1737 |
| | Manoel Pereira Lima | 1745 |
| | Antônio Cardoso de Sousa | 1748 |
| | José Alves de Moraes | 1748 |
| | Antônio de Oliveira Ledo | 1751 |
| | | |

Fonte: 1º Cartório de Caicó (LABORDOC); Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega (FPFNN) – Pombal - PB; Seixas (1961, p. 55-60)

De toda a população escravizada registrada nesses documentos, temos um total de 46 pessoas, classificadas como: cabra (1), mulato (2), crioulo (12), mameluco (2), Angola (9), Mina (1), Guiné (7), Ardra (3). Em cinco situações não foram informadas a origem ou a cor dos escravizados. Em quatro registros, não tivemos como identificar a referida informação devido à condição do documento. Ou seja, em um recorte de 46 indivíduos escravizados, 20 eram africanos, representando 43,47% do total. Não há como negar, então, a importância da mão de obra africana escravizada no sertão da Paraíba e Rio Grande na primeira metade do século XVIII. Se analisarmos de forma mais detalhada as informações, podemos identificar elementos interessantes da presença africana nessa área e, por consequência, como o mercado Atlântico impactava nessa experiência. Em primeiro lugar, apesar de serem imprecisas, as informações sobre de onde vieram esses escravizados são de grande importância. Durante todo o período do tráfico atlântico, duas regiões da África foram os principais portos de embarque de pessoas escravizadas: a Centro-Occidental e a Occidental. A primeira compreenderia os reinos do Congo, Angola (Ndongo), Matamba, Lunda entre outros. Boa parte daqueles que chegavam ao Brasil eram registrados como escravos “Congo” ou “Angola”, denominações gerais para toda a região. No que diz respeito à África Occidental, as denominações são ainda mais generalizantes. Quando no Brasil, as pessoas vindas desta região eram classificadas como “Mina”, “Gentio da Guiné”, “Nagô”, dentre outros vários termos (HALL, 2005, 2017; LAW, 2005).

Nos documentos apresentados, há um relativo equilíbrio entre africanos registrados como “Angola” (África Centro Occidental) e “Mina/Guiné/Ardra” (África Occidental). Dos 20

africanos escravizados, nove vieram da África Centro-Occidental e onze da região Occidental. Esse ponto é importante, pois na primeira metade do século XVIII, ocorreram mudanças no trato entre as Capitãncias do Norte e a África. Entre as décadas de 1690 e 1730, intensificaram-se os negócios com a região conhecida como “Costa da Mina”. Entretanto, a partir de meados da década de 1730, a tendência foi uma reaproximação com Angola¹¹. O equilíbrio dessas denominações na documentação demonstra essa transição. Além disso, os registros feitos a partir da década de 1740 apontam para uma maioria de “Angola”. Somente novas pesquisas e uma ampliação dos dados permitiriam reforçar essa hipótese.

Em segundo lugar, assim como ocorria no litoral, havia uma predominância de homens em relação a mulheres. Como já está consolidada na historiografia, esse foi um traço marcante do tráfico atlântico de escravizados. Onze eram homens, cinco eram mulheres e duas pessoas não conseguimos identificar o nome.

A média geral da idade é de 29 anos. Os homens variavam entre 20 e 65 anos, enquanto as mulheres, entre 30 e 50. De todas as pessoas registradas, cinco tinham mais de 50 anos, duas menos de 20 anos de idade. Onze possuíam idade entre 21 e 50 anos, que era considerada a mais valorizada para o trabalho. Não temos como saber há quanto tempo essas pessoas estavam no sertão. Teriam sido vendidas ainda jovens ou já mais velhas, quando já estavam desvalorizadas?

Outro conjunto de informações que podem ser retiradas dos inventários e testamento diz respeito aos preços dos africanos escravizados. Se fizermos uma média destes que tiveram seus preços registrados, teremos algo em torno de 71\$500 réis. Algumas considerações devem ser feitas a respeito desses valores. A primeira delas é de que esse preço médio acaba por ofuscar detalhes importantes do mercado, como a idade, o sexo e as condições de saúde desses escravizados. A idade pode ter sido um fator determinante nos casos de Francisco Mina e João Angola, 65 e 58 anos, respectivamente, com preços baixos, 30 e 25 mil réis. Francisco Ardra, por sua vez, tinha um “defeito em um olho”. Porém, esse não parece ter sido um problema, pois o seu preço manteve-se na média, sendo possível, então, que isso não afetasse suas condições de trabalho.

Além dessas características, os preços registrados nos inventários não eram necessariamente o que era utilizado para compra e venda. Entretanto, sua avaliação levava em conta o mercado da época e o quanto um determinado escravizado valia, tendo em vista que esse era um registro que tinha como objetivo quantificar os bens e riquezas de um proprietário. Assim, em certa medida, também representava as flutuações do mercado escravista à época. Isso pode ser verificado a partir de informações sobre outras áreas, como as litorâneas.

Feitas essas ressalvas, podemos identificar que os preços estavam associados à idade e às condições físicas, como era comum na sociedade escravista. Escravizados jovens possuíam valores entre 80 e 120 mil. Esses números não eram diferentes do que era negociado no litoral nesse mesmo período. De acordo com Kátia Mattoso e Guillermo Palacios, nos portos da Bahia e Pernambuco os africanos eram comprados entre 50 a 200 mil réis, variando de acordo com o tempo. No caso da Paraíba, é possível ver que havia tentativa dos senhores em comprar escravizados de forma mais barata, variando entre 90 a 120 mil, nas décadas de 1720 e 1730 (GUIMARÃES, 2022; MATTOSO, 1988; PALACIOS, 2004).

Ora, se pensarmos que esses africanos eram comprados no litoral e levados por um intermediário para o sertão, supõe-se que nessa revenda eram incorporados os gastos da

¹¹ Houve uma política deliberada da Coroa portuguesa em tentar um maior controle sobre esses negócios. Uma síntese dessas políticas pode ser vista em Staben (2008)

viagem e o ganho do comerciante que fazia o percurso. Dessa forma, parece-nos que aqueles escravizados que eram vendidos para o sertão, eram os chamados de “segunda escolha” ou “terceira escolha”, como nos explica Joseph Miller.

Depending on general market conditions, purchasers would then select as many slaves as they were willing to buy at the proclaimed price. This was the primeira escolha or "first selection." A segunda escolha or "second selection" round of buying, then took place at a slightly lower set price, and so on through a succession of price reductions until the young, the infirm, and otherwise undesirable captives were sold to whatever buyers might find a use for them (MILLER, 1988, p. 474)¹²

O que isso significa? É provável que os africanos vendidos para os sertões fossem comprados a preços mais baixos no litoral. Outra possibilidade era que alguns traficantes, ao comprarem uma quantidade grande de escravizados, reservassem uma parte para suas propriedades no sertão, encaminhando essas pessoas - por conta própria - para o interior. Uma coisa é certa: a venda para o sertão fazia com que esses africanos passassem por uma nova experiência de deslocamento, enfrentando as condições de viagens já descritas anteriormente. Para termos mais condições de compreender como funcionava essa rede de comércio, cabe-nos a pergunta: quem eram os agentes comerciais que compravam e vendiam africanos para os sertões?

Agentes negreiros nos sertões

Mais uma vez, grandes são as dificuldades para encontrar documentos seriais que permitam refletir sobre como se dava a dinâmica comercial entre os sertões e o tráfico atlântico de escravizados. Havia, possivelmente, registros de passagem ou de compra e venda de escravizados para a ribeiras do Piancó e Piranhas. Era comum a existência de tropas de ordenanças móveis nas passagens e caminhos, com o objetivo de controlar a circulação de pessoas e mercadorias, evitando, assim, os chamados descaminhos. A documentação nos aponta um desses aparatos de fiscalização, na ordem do Governador de Pernambuco quando sugeria que

O capitão-mor do Piancó Francisco de Oliveira Ledo que pela ribeira do seu distrito disponha alguns cabos da ordenança umas vezes as Espinharas a outras no Rio do Peixe outras no Cariri Velho por umas vezes em um lugar outras vezes em outra e nunca em paragem certa (AHU_CU_015, Cx. 79, D. 6567)

Em todo caso, esses registros não chegaram até nós. Isso não impede, porém, de apresentar algumas possibilidades de como ocorria esse comércio, bem como quem eram seus agentes e suas redes de negócios. Nesse sentido, precisamos buscar outros documentos que nos apresentem relevantes informações sobre esse trato. Mais uma vez, os registros cartoriais nos são caros, especificamente, as chamadas *procurações bastantes*.

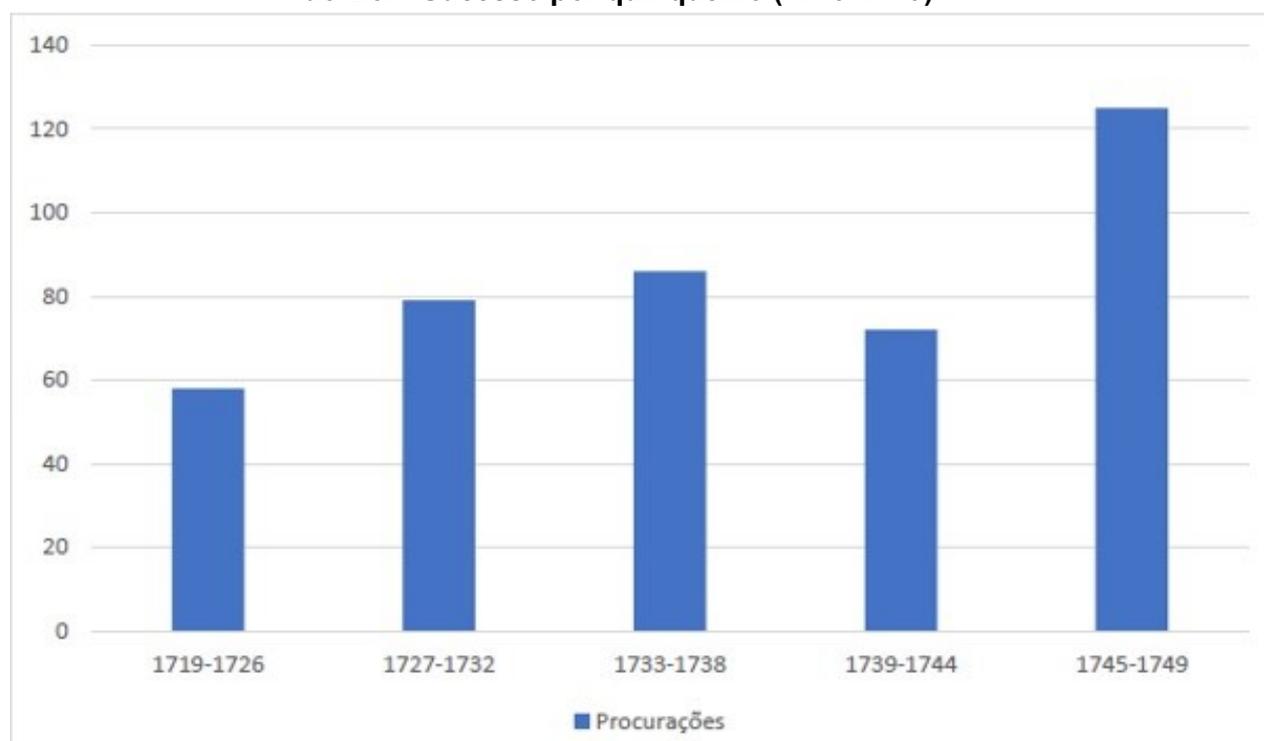
Essa documentação autorizava pessoas a atuarem oficialmente em nome de outras,

¹² “Dependendo das condições gerais do mercado, os compradores iriam então selecionar quantos escravos estivessem dispostos a comprar ao preço proclamado. Esta era a "primeira escolha". Uma "segunda escolha" de compras, ocorria em seguida, a um preço definido ligeiramente mais baixo, e assim por diante, através de uma sucessão de reduções de preços, até que os jovens, os enfermos e os cativos indesejáveis fossem vendidos a quaisquer compradores que pudessem encontrar algum uso para eles”

incluindo, cobrar e arrecadar “dinheiro ouro prata, gados tabacos e escravos”, sendo um documento vital para vida econômica e social. Muitos comerciantes da época lançavam mão dessas procurações para efetivarem suas amplas redes de negócios. Assim, pelas procurações, podemos identificar quem eram esses agentes e quais as rotas de comércio que possivelmente foram construídas por eles que envolviam vários negócios, incluindo, de escravizados. Mais uma vez, os documentos pesquisados foram registrados na Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, sendo comum aparecerem moradores das redondezas do Rio Grande e Ceará para registrarem procurações.

Foram pesquisados os Livros de Notas que englobam o recorte entre 1719 e 1749. Dentro desse recorte, existem algumas lacunas tais como os anos de 1722, 1723, 1724, 1731, 1737 e 1743, somando um total de 418 procurações analisadas¹³. Se organizarmos as procurações cronologicamente, temos o seguinte gráfico.

Gráfico 1 - Distribuição cronológica das Procurações da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso por quinquênio (1719-1749)



Fontes: Livros de Notas do Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga (Pombal-PB)

Esse gráfico nos aponta que, em primeiro lugar, já nas primeiras décadas do século XVIII, quando a colonização do sertão ainda não estava consolidada e ainda eram comuns as guerras, já há uma atuação das autoridades régias e registros econômicos dos colonizadores¹⁴. Em segundo lugar, ainda que sejam necessárias mais pesquisas para o

¹³ Vale ressaltar que, na pesquisa, retiramos da contagem os registros danificados, de que não pudemos retirar informações suficientes.

¹⁴ Consideramos aqui a colonização não está consolidada, no sentido de que a administração portuguesa, durante a primeira metade do século XVIII, ainda vivia em conflito aberto com os indígenas (ou seja, em guerra). Os instrumentos de dominação como as sesmarias, as patentes militares e outros cargos administrativos também estavam se estabelecendo. A partir de meados do século, por exemplo, a quantidade de sesmarias distribuídas se estabiliza e, aos poucos, diminui. Isso pode ser visto, no caso do rio Piranhas, em Moraes (2005, p.171)

período seguinte, é perceptível uma consolidação dessas relações e tendência de crescimento em meados do século XVIII, o que demonstra uma maior interação entre essa região do sertão aqui estudada com outras áreas. Que áreas eram essas?

Quando o outorgante registrava uma procuração, informava quem eram seus representantes e em quais lugares atuavam em seu nome. São vários os locais de atuação, demonstrando uma ampla rede comercial. O que mais nos interessa no momento, é identificar essas conexões com portos que tinham contato direto com o comércio de africanos escravizados. De todas as 418 procurações registradas, temos o seguinte quadro:

Tabela 1 - Procurações da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso com referências aos portos negreiros

| | Procurações registradas | Porcentagem (100% = 418 procurações) |
|------------|-------------------------|--------------------------------------|
| Paraíba | 183 | 43% |
| Pernambuco | 156 | 37% |
| Itamaracá | 47 | 11% |
| Bahia | 87 | 20% |

Fontes: Livros de Notas do Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga (Pombal-PB)

Ou seja, os africanos que chegavam no sertão da Paraíba, nas proximidades das ribeiras do Piancó e Piranhas, muito provavelmente, vinham da capital da Paraíba, Pernambuco, Itamaracá e Bahia. Vale ressaltar que esses não eram os únicos portos com os quais a referida área se conectava. Há diversas referências ao porto de Aracati, Assu, além de articulações com Minas Gerais, portos estes que não podemos destacar a possibilidade de comércio de africanos escravizados, mas sobre os quais ainda não temos elementos suficientes para analisar. Já vimos nas páginas anteriores, os caminhos que conectavam todas essas cidades, vilas e freguesias. Apesar de as referências à Bahia serem de 20%, acreditamos que, devido às distâncias, o comércio de escravizados por essa rota fosse menos intenso. Assim, os dois portos de maior contato eram os da Paraíba e de Pernambuco, seguidos por Itamaracá. Isso fica mais evidente quando partimos para uma análise mais qualitativa, destacando os principais agentes mercantis. Vejamos.

Uma das famílias mais importantes da região era a dos Oliveira Ledo, presente desde os primeiros conflitos com os indígenas, na segunda metade do século XVII. Na década de 1730, o Capitão-mor Francisco de Oliveira Ledo era um dos nomes da poderosa família. Em 1734, o referido Capitão-mor registrou uma procuração informando seus representantes em vários locais, como Goiana, Recife, Salvador, no caminho do rio São Francisco e na cidade da Paraíba. Nesta, Francisco de Oliveira Ledo indicou cinco procuradores, dentre eles, Matias Soares Taveira.

Nome ainda pouco trabalhado na historiografia, Matias Soares Taveira era senhor de dois engenhos na Paraíba e, em 1714, começou a organizar embarcações para comprar escravizados na África, sendo o único da capitania - à época - a se envolver nesse trato (AHU_CU_014, Cx. 5, D. 360). No decorrer das décadas de 1720 e 1730, ascendeu socialmente, chegando a ocupar o alto posto de Mestre de Campo das Ordenanças e conseguindo quase uma dezena de sesmarias, incluindo, no sertão da Freguesia de Nossa

Senhora do Bom Sucesso (GUIMARÃES, 2022, p.238-239). Seu nome aparece diversas vezes nas disputas sobre o comércio de escravizados. Ora, uma vez sendo comerciante de escravos e tendo propriedades no sertão, uma primeira hipótese é de que o próprio Matias Taveira reservasse uma parte dos africanos por ele comprados para trabalhar no interior.

Além do mais, se, por um lado, Matias Soares Taveira estava envolvido no comércio atlântico de africanos escravizados e tinha interesses no sertão (possuindo, inclusive, terras) e, por outro lado, era o representante de Francisco de Oliveira Ledo, proprietário de terra e de africanos no sertão, nos parece evidente que esse é um importante caminho para compreender os negócios negreiros para o sertão da Paraíba.

Matias Soares Taveira não foi procurador apenas de Francisco de Oliveira Ledo, tendo estabelecido vínculos com várias outras pessoas. Uma delas era o comissário Teodoro Alves Figueiredo. Os Alves de Figueiredo formavam outra poderosa família na ribeira do Piancó e Piranhas. Teodoro aparece na documentação com redes de relações que cobriam as Capitânicas do Norte do Ceará à Bahia, passando pela Paraíba e Pernambuco. O termo “comissário”, naquele período, significava “aquela pessoa a quem se dá comissão de jurisdição, delegado; ou de fazendas para se venderem, de ordem para se comprarem outras” (SILVA; BLUTEU, 1789, p.292), ou seja, era um termo que tinha vinculação com práticas comerciais. Esses comissários assumiam o papel de intermediários nos negócios. Dessa forma, eles poderiam comprar africanos no litoral e revendê-los no sertão. Ter Matias Soares Taveira como procurador, reforça essa possível relação com o trato negreiro.

Outros nomes envolvidos com o comércio atlântico de escravizados aparecem nas redes de negócios com o sertão da Paraíba. Alguns deles, inclusive, vinculados à praça comercial do Recife. Na primeira metade do século XVIII, apesar de perder espaço para outros portos, como Salvador e Rio de Janeiro, Recife consolidou sua posição como um dos maiores locais de desembarque da população africana escravizada do Atlântico. Nesse período, estima-se que mais de 180 mil pessoas escravizadas foram desembarcadas em Pernambuco, havendo uma grande quantidade de navios circulando pelo porto (GUIMARÃES, 2022, p.115).

Alguns comerciantes se destacavam como proprietários de navios negreiros, a exemplo de José Vaz Salgado e Basílio Rodrigues Seixas. O primeiro era um dos negociantes mais ricos do Recife na primeira metade do século XVIII. Envolveu-se com o tráfico desde a década de 1730, construindo redes de contato que iam de Portugal a Minas Gerais, passando pela Costa da Mina e Angola. Além de ser comerciante de escravos, Vaz Salgado também possuía propriedades no sertão das Capitânicas do Norte, dedicando parte dos africanos por ele comprados para trabalhar no interior. Ele também aparece como procurador de moradores da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, como do Alferes Vital Vieira da Costa e Manoel Jacques da Costa (CCJQ. LN (1740-1742), 13/11/1742)

Já Basílio Rodrigues Seixas possuía envolvimento com o tráfico atlântico de escravizados e era procurador de Pedro Alves de Araújo, em registro de 1736 (CCJQ. LN (1730), 27/07/1736). Basílio Rodrigues era dono de uma embarcação que fazia viagens para a África. Além disso, seu genro, Antônio Marques, também era capitão de navio negreiro e tinha vinculações com a produção pecuária (SOUZA, 2012, p.363). O cunhado de Basílio Rodrigues Seixas, José Rodrigues de Carvalho, era conhecido por ser comerciante, circulando pelos sertões de Pernambuco e, provavelmente, da Paraíba. Rodrigues de Carvalho aparece como procurador de três pessoas nas ribeiras do Piancó e Piranhas, reforçando o envolvimento dessa família com os negócios do sertão e com o comércio de escravizados. (CCJQ. LN (1725-1730), 05/10/1729; CCJQ. LN (1744), 11/11/1745; MELLO NETO, 1981, p.194)

Como estamos apresentando, ainda nos falta documentação serial para demonstrar

essas compras e vendas de escravizados para o sertão com mais detalhes, porém, a conexão dessas pontas (envolvimento com o tráfico, o comércio com o sertão e a presença africana) nos abre as possibilidades de pensar essas redes de negócios que envolvia o comércio de couro, gados, carne, mas também de escravizados africanos.

Em linhas gerais, esses africanos escravizados poderiam chegar no interior a partir de três possibilidades: a primeira, quando o próprio comerciante tinha terras no sertão e enviava parte dos escravos que comprava para suas propriedades, como foram os casos de Matias Soares Taveira e José Vaz Salgado. Uma segunda possibilidade, seria a partir de relações diretas entre os proprietários do sertão e os comerciantes do litoral, que estão registradas nas procurações trabalhadas. Uma terceira hipótese, consiste na revenda feita a partir de comissários volantes, personagens intermediários nos negócios que circulavam entre o litoral e o sertão, a exemplo de Teodoro Alves Figueiredo.

Considerações finais

Os dados apresentados no decorrer deste artigo demonstram o quanto ainda precisamos avançar. Os caminhos para as pesquisas sobre a escravidão no sertão, ainda que pese o aumento recente de estudos, precisam ser mais explorados. Havia a presença negra africana no interior do Brasil, desde os primeiros momentos da colonização dessa área e essa característica do nosso passado repercute ainda hoje.

A região escolhida para a pesquisa foi as ribeiras dos rios Piancó e Piranhas, onde hoje é Pombal, na Paraíba, e o Seridó, no Rio Grande. Demonstramos como os sertões estavam interligados ao que chamamos de Mundo Atlântico, a partir de rotas de circulação de pessoas, mercadorias, práticas culturais etc. Nesse processo, deve-se destacar o comércio de pessoas escravizadas que não se limitava apenas aos portos de desembarque no litoral.

O tráfico atlântico de africanos foi uma das atividades econômicas mais importantes para aquele período, garantindo a reprodução das práticas escravistas. No início do século XVIII, houve um forte crescimento desse comércio devido à descoberta das minas no Brasil. Porém, tema ainda pouco estudado são as redes mercantis estabelecidas para os sertões. Havia escravidão africana no interior do Brasil e, para chegar lá, esses africanos foram vendidos, passando por diversos grupos de comerciantes. Como demonstramos, a experiência da escravidão africana no sertão era diferente do litoral, porém, havia alguns traços em comum, que nos remete aos fluxos do comércio atlântico. A maioria de homens, em idade adulta, vindos de regiões específicas da África reforça essa relação.

Esse comércio atlântico para os sertões estava interligado ao trato negreiro atlântico por intermédio das cidades e vilas portuárias, como a cidade da Paraíba, Recife e Goiana. Nesses portos se formaram grupos mercantis, com redes por todas as Capitanias do Norte que vendiam e compravam para o interior. Além do mais, é importante ressaltar que esse era um negócio complexo e capilarizado que envolvia também comerciantes de médio e pequeno porte que faziam a função de intermediadores.

Referências

Fontes manuscritas

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (AIHGP)
Livro Novo da Ouvidoria da Paraíba (LO)

- *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – Paraíba*

AHU_CU_014, Cx. 1, D. 95
AHU_CU_014, Cx. 4, D. 310
AHU_CU_014, Cx. 5, D. 360
AHU_CU_014, Cx. 15, D. 1277

- *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – Pernambuco*

AHU_CU_015, Cx. 43, D. 3927
AHU_CU_015, Cx. 79, D. 6567

- *1º Cartório de Caicó*

Inventário de Crispim de Andrade (1737);
Inventário de Diogo Pereira da Silva (1754);
Inventário de Antônio Garcia de Sá (1755);
Inventário de Inez Maria da Conceição (1755);
Inventário de Pedro de Andrade Bezerra (1757)

- *Cartório I Ofício de Notas Coronel João Queiroga (CCJQ) – Pombal - PB*

Livros de Notas (LN): 1719-1725; 1725-1730; 1730 (1); 1730 (2); 1738-1740;1740-1742;744;1747-1750

- *Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega (FPFNN) – Pombal - PB*

Inventário de Eugênia dos Milagres (1734);
Inventário de Domingos Pinto Bandeira (1736);
Inventário de Manoel Ferreira Velho (1737);
Inventário de Manoel Pereira Lima (1745);
Inventário de Antônio Cardoso de Sousa (1748);
Inventário de José Alves de Moraes (1748)

Fontes impressas

PINTO, Irineu. *Datas e notas para a história da Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010

SILVA, Antônio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. *Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789

Fontes digitais

Missão de Pesquisas Folclóricas de Mário de Andrade. Centro Cultural São Paulo. Disponível
203

em: https://acervocsp.art.br/missao-de-pesquisas-folcloricas-de-mario-de-andrade/reid-de-congo/?order=ASC&orderby=date&perpage=48&taxquery%5B0%5D%5Btaxonomy%5D=tnc_tax_125861&taxquery%5B0%5D%5Bterms%5D%5B0%5D=5594&taxquery%5B0%5D%5Bcompare%5D=IN&pos=0&source_list=collection&ref=%2Fmissao-de-pesquisas-folcloricas-de-mario-de-andrade%2F

Acesso em 05 de julho de 2023

Bibliografia

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. São Paulo: Publifolha, 2000.

ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. *Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-1888*. Dissertação (Mestrado em História). Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

ALVES, Solange Mouzinho *Parentescos e sociabilidades: experiências familiares dos escravizados no sertão paraibano (São João do Cariri), 1752- 1816* Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2015.

ANDRADE, Mário. *Danças dramáticas do Brasil* (org. Oneida Alvarenga). São Paulo: Itatiaia/Instituto Nacional do Livro/Fundação Nacional Pró-Memória, 1982.

ANDRADE, Mário. *Turista aprendiz*. Brasília, DF: Iphan, 2015.

ARMITAGE, David. Três conceitos de história atlântica. *História Unisinos*. vol. 18, n. 2, p. 206-217, 2014.

BAYLIN, Bernard. The Idea of Atlantic History. *Itinerario*. V. XX, n.1, 1996.

BENJAMIN, Roberto. *Festa do Rosário de Pombal*. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, s/d;

BENJAMIN, Roberto. *Congos da Paraíba*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte-FUNART, 1977.

CANNY, Nicholas. Atlantic History: what and why? *European Review*, vol. 9, n. 4, p. 399-411, 2001.

CAVALCANTE, Eduardo de Queiroz. *Tecendo redes, construindo laços de solidariedade: a formação de famílias negras, a prática do compadrio e a morte de escravizados e libertos no cariri paraibano (São João do Cariri/1850-1872)*. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2015.

CRUZ, Carlos Henrique Alves da. *Tapuias e mestiços nas aldeias e sertões do Norte: conflitos, contatos e práticas 'religiosas' nas fronteiras coloniais (168-1761)*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018.

FORMIGA, Mayara Millena Moreira. *Nas veredas do sertão colonial: o processo de conquista e formação de elites locais no sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Parahyba do Norte, c. 1690-c. 1772)*. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2000.

GALLIZA, Diana Soares de. *O declínio da Escravidão na Paraíba (1850-1888)*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

GOULART, José Alípio. *O ciclo do couro no Nordeste*. Rio de Janeiro: Edições SAI, 1966.

GUIMARÃES, Matheus Silveira. *Dos escravos que vão por mar e por terra: o comércio Atlântico de escravos para as Capitanias do Norte e sua dinâmica interna (c1654-c1760)*. Tese (Doutorado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2022.

HALL, Gwendolyn Midlo. *Cruzando o Atlântico: etnias africanas nas Américas*. *Topoi*, vol. 6, n. 10, p. 29-70, 2005.

HALL, Gwendolyn Midlo. *Escravidão e etnias africanas nas Américas: restaurando os elos*. Petrópolis: Vozes, 2017.

JOFFILY, Irineu. *Notas sobre a Parahyba*. Edição fac-similar de 1892. Rio de Janeiro: Editora Tesouros, 1977.

LAW, Robin, Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo mina. *Tempo*, vol. 20, p. 20-120, 2005.

LOPES, Michele Soares. *Escravidão na Vila do Príncipe: província do Rio Grande do Norte (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

LOPES, Michele Soares. *scravismo e liberdade na ribeira do Seridó (1792-1814)* In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros; SANTOS, Rosenilson da Silva (orgs.). *Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América portuguesa*. João Pessoa: Ideia; Natal: EDUFRN, 2013, p. 247-263.

MACEDO, Muirakytan K. de. *Notas sobre a escravidão nos sertões do semiárido (Seridó, XVIII-XIX)*. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; ANDRADE, Joel Carlos de Souza (orgs.). *Experiências históricas afro-brasileiras*. Natal: Edufrn, 2017, p. 11-38.

MACEDO, Muirakytan K. de. *Rústicos cabedais: Patrimônio e cotidiano nos sertões da pecuária (Seridó – século XVIII)*. Natal: Sol Negro Edições, 2021.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. "Fregueses da Freguezia da Vila Nova do Príncipe, d'onde sempre foram": identidades territoriais no Seridó. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros; SANTOS, Rosenilson da Silva (orgs.). *Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América portuguesa*. João Pessoa: Ideia; Natal: EDUFRN, 2013, p. 265-287.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Aspectos da escravidão do Seridó em documentos históricos. In: CAVIGNAC, Julie; MACÊDO, Muirakytan K. de (orgs.). *Tronco, ramos e raízes! história e patrimônio cultural do Seridó negro*. Natal: Edufrn, 2016, p. 257-291.

MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

MELO, Felipe Souza. *O negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Ferida de Narciso: ensaio de história regional*. São Paulo: SENAC, 2001.

MELLO NETO, José Antônio Gonsalves de. Nobres e Mascates na Câmara do Recife, 1713-1738. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, v. LIII, 1981.

MILLER, Joseph Calder. *Way of death: Merchant capitalism and the Angolan slave trade (1730-1830)*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. *Em Busca da Liberdade: os escravos no Sertão do Rio Piranhas (1700-1750)*. Dissertação (Mestrado em História). Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2009.

MORAES, Ana Paula Cruz Pereira de. *Entre mobilidades e disputas: o sertão do rio Piranhas, capitania da Paraíba, 1670-1750*. Tese (Doutorado em História). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2015.

MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

MOURA, CLÓVIS. *Rebeliões da Senzala: Quilombos, insurreições, guerrilhas*. 5ª edição. São Paulo: Fundação Maurício Grabois/Anita Garibaldi, 2014.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. *Às margens do Império: a pecuária de carnes salgadas e o comércio nos portos da porção oriental da costa leste-oeste da América portuguesa nas dinâmicas de um império em movimento (século XVIII)*. Tese (Doutorado em História). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2021.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

O GLOBO, Missão de Mário de Andrade: uma viagem pela cultura popular inspirada nas pesquisas do escritor. Disponível em <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/missao-mario-de-andrade-uma-viagem-pela-cultura-popular-inspirada-nas-pesquisas-do-escritor-16495442>.

Acesso em 05 de julho de 2023.

PALACIOS, Guillermo. *Campesinato e Escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do nordeste do Brasil (1650-1720)*. São Paulo: Hucitec, EDUSP, Fapesp, 2002.

RUSSEL-WOOD, A.J. Sulcando os mares: um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History”. *Revista de História*, vol. 28, n.1, p. 17-70, 2009.

RUSSEL-WOOD, A.J. *Histórias do Atlântico português* – São Paulo: Editora Unesp, 2014.

SCHWARTZ, Stuart. Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal. *Revista Tempo*, vol. 24, p. 201-223, 2008.

SEIXAS, Wilson. *O velho arraial de Piranhas (Pombal) no centenário de sua elevação a cidade*. João Pessoa: A Imprensa, 1961.

SEIXAS, Wilson. Pesquisas para a história do sertão da Paraíba. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. João Pessoa, n. 21, p. 51-84, 1975.

SILVA, Kalina Vanderlei P. *'Nas Solidões Vastas e Assustadoras'*- Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Tese (Doutorado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

SILVA, Suelen de Andrade. *Sob os holofotes do patrimônio: entre histórias, identidades e políticas na Festa do Rosário de Pombal/PB*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: IPHAN, 2017.

SOUZA, George F. C. de. *Tratos e mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654 - c. 1759)*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: *História da Vida Privada no Brasil - 1: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018

STABEN, Ana Emília. *Negócio dos escravos: comércio de cativos entre a Costa da Mina e a capitania de Pernambuco (1701-1759)*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008.

STUDART FILHO, Carlos. Vias de comunicação do Ceará colonial. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, vol. 51, p. 15-47, 1937.

Notas de autoria

Matheus Silveira Guimarães é doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado em História por esta mesma instituição. Também é Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Atualmente, é professor da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa. E-mail: guimaraesmatheuss@gmail.com

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

GUIMARÃES, Matheus Silveira. Pelos caminhos dos sertões: comércio de africanos escravizados para os sertões das Capitanias do Norte (Paraíba e Rio Grande, na primeira metade do Século XVIII). *Saeculum – Revista de História*, v. 28, n. 49, p. 187-208, 2023.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 24/07/2023

Modificações solicitadas em 25/09/2023

Aprovado em 18/10/2023